

SUMÁRIO 8.1 – PROJETO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E APOIO À GESTÃO SOCIOAMBIENTAL COMPARTILHADA

| | |
|---|------|
| 8. PROJETO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E APOIO À GESTÃO SOCIOAMBIENTAL COMPARTILHADA..... | 8-3 |
| 8.1. INTRODUÇÃO | 8-3 |
| 8.1.1. OBJETIVO GERAL..... | 8-3 |
| 8.1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS..... | 8-4 |
| 8.2. RESULTADOS CONSOLIDADOS..... | 8-4 |
| 8.2.1. GESTÃO DO PROGRAMA E DAS EQUIPES | 8-4 |
| 8.2.2. AVALIAÇÃO INTEGRADA DO PROGRAMA..... | 8-5 |
| 8.2.3. REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO INICIAL DO USO DO SOLO..... | 8-7 |
| 8.2.4. ELABORAÇÃO DO CALENDÁRIO SAZONAL DAS TIs | 8-7 |
| 8.2.5. REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E DE INFRAESTRUTURA DAS ALDEIAS..... | 8-8 |
| 8.2.6. LEVANTAMENTO PARTICIPATIVO DOS RECURSOS E AMBIENTES PRIORITÁRIOS..... | 8-9 |
| 8.2.7. ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS | 8-10 |
| 8.2.8. OFICINAS SÍNTESE DE MONITORAMENTO TERRITORIAL E ESTABELECIMENTO DE ACORDOS..... | 8-11 |
| 8.2.9. CONSOLIDAÇÃO DO ETNOZONEAMENTO E PLANO DE USO SUSTENTÁVEL..... | 8-12 |
| 8.2.10. INTERCÂMBIOS DE REFERÊNCIA EM GESTÃO TERRITORIAL INDÍGENA..... | 8-12 |
| 8.2.11. OFICINAS SOBRE OCUPAÇÃO TERRITORIAL REGIONAL..... | 8-13 |
| 8.2.12. ARTICULAÇÃO E APOIO ESTRATÉGICO AO PODER PÚBLICO LOCAL | 8-13 |
| 8.2.13. REUNIÃO PARA AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA UHE BM | 8-14 |
| 8.3. ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS DO PROJETO DE MONITORAMENTO TERRITORIAL | 8-15 |
| 8.4. ATENDIMENTO ÀS METAS DO PROJETO DE MONITORAMENTO TERRITORIAL | 8-16 |
| 8.5. ATIVIDADES PREVISTAS | 8-18 |
| 8.5.1. GESTÃO DO PROGRAMA E DAS EQUIPES | 8-18 |
| 8.5.2. AVALIAÇÃO INTEGRADA DO PROGRAMA..... | 8-18 |
| 8.5.3. ELABORAÇÃO DO CALENDÁRIO SAZONAL DAS TIs | 8-18 |

| | |
|---|------|
| 8.5.4. REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E DE INFRAESTRUTURA DAS ALDEIAS | 8-18 |
| 8.5.5. LEVANTAMENTO PARTICIPATIVO DOS RECURSOS E AMBIENTES PRIORITÁRIOS..... | 8-18 |
| 8.5.6. ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS | 8-18 |
| 8.5.7. OFICINAS SÍNTESE DE MONITORAMENTO TERRITORIAL E ESTABELECIMENTO DE ACORDOS | 8-19 |
| 8.5.8. CONSOLIDAÇÃO DO ETNOZONEAMENTO E PLANO DE USO SUSTENTÁVEL..... | 8-19 |
| 8.5.9. INTERCÂMBIOS DE REFERÊNCIA EM GESTÃO TERRITORIAL INDÍGENA | 8-20 |
| 8.5.10. OFICINAS SOBRE OCUPAÇÃO TERRITORIAL REGIONAL | 8-20 |
| 8.5.11. ARTICULAÇÃO E APOIO ESTRATÉGICO AO PODER PÚBLICO LOCAL | 8-21 |
| 8.5.12. REUNIÃO PARA AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA UHE BM | 8-21 |
| 8.6. ATENDIMENTO AO CRONOGRAMA | 8-22 |
| 8.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 8-24 |
| 8.8. EQUIPE TÉCNICA DE TRABALHO | 8-37 |
| 8.9. ANEXOS | 8-37 |

8. PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL INDÍGENA

8.1. PROJETO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E APOIO À GESTÃO SOCIOAMBIENTAL COMPARTILHADA

8.1.1. INTRODUÇÃO

De acordo com o Plano Básico Ambiental do Componente Indígena - PBA-CI, o Projeto de Planejamento Territorial e Apoio à Gestão Socioambiental Compartilhada tem o desafio de fortalecer os povos indígenas afetados pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte - UHE BM na gestão dos seus territórios, garantindo, desta forma, os direitos preconizados pelo art. 7, parágrafo 1º, da Convenção nº 169 sobre Povos indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho – OIT, de:

“Escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar na medida do possível o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar de formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente”.

Para alcançar este desafio e atender às demandas do Estudo de Impacto Ambiental - EIA da UHE BM - Volume 35 e do Parecer Técnico nº 21, o presente projeto estabelece 03 eixos de intervenção, que se integram às outras ações do Programa Gestão Territorial Indígena - PGTI: colaborar com as populações indígenas no esclarecimento sobre a situação territorial regional e os impactos esperados em decorrência da UHE BM, trazendo subsídios para um posicionamento proativo frente às pressões sobre seus territórios; fortalecer as posições indígenas em sua teia de relações regionais, propondo o diálogo intercultural e garantindo que as prioridades indígenas sejam consideradas nas decisões relativas a seus territórios e realizar a articulação entre a Gestão Territorial Indígena e outras iniciativas regionais e nacionais, públicas ou civis, relacionadas à gestão dos territórios, contribuindo para a eficiência e efetividade das iniciativas. Estes Eixos correspondem a 03 atividades: Planejamento Territorial; Governança Indígena das Relações Locais e Arranjos Institucionais e Políticos para a Gestão Socioambiental Compartilhada (PBA-CI, 2011, volume 1, páginas 150 e 151).

8.1.2. OBJETIVO GERAL

Apoiar as estratégias comunitárias de gestão territorial das Terras Indígenas (TIs) e colaborar para a gestão socioambiental compartilhada entre Terras Indígenas, vizinhos e Unidades de Conservação (UCs), fortalecendo a conservação etnoambiental.

8.1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Possibilitar o acesso dos povos indígenas aos novos referenciais sobre gestão de TIs para que possam criar planos de uso sustentável dos territórios e garantir a qualidade de vida das gerações futuras;
- Possibilitar aos povos indígenas o exercício da gestão territorial por meio de mecanismos “híbridos” - indígenas e não indígenas - de diagnóstico, zoneamento, monitoramento e avaliação dos métodos, processos e resultados;
- Promover a troca de experiências e o diálogo entre indígenas, parceiros institucionais e atores locais para o exercício da gestão compartilhada dos territórios;
- Acompanhar e influenciar políticas públicas de ordenamento territorial, adequação socioambiental e outras que interfiram no uso e na ocupação do solo no entorno das TIs ou que possam prevenir e minimizar impactos aos territórios indígenas;
- Estabelecer arranjos institucionais e políticos para a viabilização da gestão territorial indígena;
- Coordenar as equipes e os consultores, gerir o Programa Gestão Territorial Indígena e promover sua integração com todos os programas do PBA-CI.

8.2. RESULTADOS CONSOLIDADOS

O Projeto de Planejamento Territorial e Apoio à Gestão Socioambiental Compartilhada é constituído de treze etapas de desenvolvimento (ações). Nos itens subsequentes há o detalhamento de cada ação.

8.2.1. GESTÃO DO PROGRAMA E DAS EQUIPES

Ação em andamento.

A ação consiste num conjunto de atividades de gestão do programa, tais como:

- Promover o planejamento semestral conjunto das atividades;
- Garantir o suporte logístico, de material e de equipamentos para as equipes de campo;
- Acompanhar a condução do desenvolvimento de todas as ações nas 11 TIs e na Área Indígena – AI Juruna Km 17 e manter espaço permanente de diálogo com as comunidades;
- Elaborar relatório anual consolidando as principais informações dos relatórios elaborados pelos profissionais da equipe e pelos consultores;
- Manter a integração do PGTI com os outros programas do PBA-CI de BM;
- Manter espaço permanente de diálogo com instituições e atores locais e regionais e estimular a integração de ações semelhantes, visando a otimização do uso dos recursos humanos e financeiros e a potencialização dos resultados do Programa;
- Acompanhar discussões de temas que se relacionam com Gestão Territorial Indígena, entre outras ações.
- Gestão do banco de dados

A ação possui caráter permanente e encerramento previsto para 2017. A síntese do desenvolvimento da ação no ano de 2015 segue no **Quadro 8.1 - 1**.

Quadro 8.1 - 1 – Dados da execução da ação Gestão do programa e das equipes do projeto 8.1 do PGTI

| ELEMENTO | DEFINIÇÃO |
|---|--|
| Ação | Gestão do programa e das equipes |
| Período de execução previsto, conforme Plano Operativo (PO) do PBA-CI | Outubro de 2013 a 2017 |
| Período de execução desenvolvido/previsto pelo programa | Outubro de 2013 a 2017 |
| Produtos da ação, conforme PO do PBA-CI | <ul style="list-style-type: none"> • Planejamento Semestral conjunto das atividades; • Acompanhamento e condução do desenvolvimento das ações; • Elaboração de Relatórios Consolidados; • Gestão do Banco de Dados; • Articulações Institucionais. |
| Resultados auferidos pela execução da ação de janeiro a junho de 2015 | <ul style="list-style-type: none"> • Reuniões mensais com equipe do PGTI realizadas; • Planejamento semestral das ações realizado (Anexo 8.1-1 – Gestão do Programa e das Equipes); • Acompanhamento e condução do desenvolvimento das ações; • Elaboração de Relatórios Consolidados; • Gestão do Banco de Dados; • Articulações Institucionais. |

8.2.2. AVALIAÇÃO INTEGRADA DO PROGRAMA

Ação em andamento.

No escopo do Projeto de Planejamento Territorial e Apoio à Gestão Socioambiental Compartilhada, a atividade Avaliação Integrada do Programa prevê o estabelecimento de um diálogo com as comunidades, a fim de garantir uma estratégia participativa de avaliação das atividades que estão sendo construídas junto à equipe do PGTI, tal como orienta o PBA-CI (PBA-CI, volume 1, páginas 158 e 159).

Tal como sugere a orientação descrita no PBA-CI, a coordenação deve “implementar um sistema de avaliação contínua do Programa, com objetivo de identificar demandas ou potencialidades para que estas sejam consideradas e incorporadas na estratégia do PGTI, prevendo uma melhoria constante na eficiência operacional e técnica das equipes” (PBA-CI, volume 1, página 159). Para que isso ocorra de maneira participativa, periodicamente devem ser realizadas reuniões com os povos indígenas nas TIs com objetivo de capturar suas impressões sobre o andamento das atividades, bem como a apreensão dos resultados e propostas de melhorias ou adequações no

modo como as ações vêm sendo realizadas.

Nesse sentido, as reuniões de avaliação ocorrem da seguinte forma:

a) nas reuniões dos subcomitês, os quais fazem parte do Comitê Gestor de acompanhamento das condicionantes e do PBA-CI, por meio do Programa de Fortalecimento Institucional - PFI do PBA-CI, constituem momentos de avaliação do programa por TI, vez que se reúnem as principais lideranças de cada aldeia do Médio Xingu para avaliar os programas do PBA-CI.

b) nos encontros da Formação Inicial em Gestão Territorial Indígena, em atividades nas quais os pesquisadores indígenas participantes do curso desenvolvem a avaliação do programa com foco em critérios mais técnicos. **Anexo 8.1-2 - Formação Inicial em Gestão Territorial (Estrutura e concepção pedagógica da Formação; Listas de Presença e Termos de autorização de uso de imagem e voz)**

As avaliações foram realizadas no 2º, 3º e 4º encontros da Formação Inicial em Gestão Territorial nos dias 09 a 13 de fevereiro; 06 a 10 de abril de 2015 e 18 a 22/05/2015. Os resultados destas avaliações constam no material concernente ao Curso de Formação Inicial em Gestão Territorial Indígena, **Anexo 8.1-2**.

A síntese das informações da ação segue no **Quadro 8.1 – 2**.

Quadro 8.1 - 2 – Dados da execução da ação Avaliação integrada do Programa do projeto 8.1 do PGTI

| ELEMENTO | DEFINIÇÃO |
|--|--|
| Ação | Avaliação integrada do programa |
| Período de execução previsto, conforme PO do PBA-CI e pactuado no PTD de nov/2014. | PO: Dez/2013 – 2014 PTD: 20/08/13 a 14/11/17 |
| Período de execução desenvolvido/previsto pelo programa | <ul style="list-style-type: none"> • Avaliações periódicas nos encontros da formação inicial em gestão territorial (09 a 13 de fevereiro e 06 a 10 de abril de 2015) • Nas reuniões dos subcomitês e comitê gestor indígena. |
| Produtos da ação, conforme PO do PBA-CI | Sistema de Monitoramento das ações, metas, objetivos e indicadores |
| Resultados auferidos pela execução da ação até dezembro de 2014 (4º RCS) | <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação realizada na reunião dos subcomitês no 4º trimestre de 2014 – vide atas dos subcomitês no relatório do plano de gestão • Avaliação das ações de gestão territorial realizada no primeiro encontro da Formação Inicial em Gestão Territorial |
| Resultados auferidos pela execução da ação de janeiro a junho de 2015 | <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação das ações de gestão territorial realizada no 2º, 3º e 4º encontros da Formação Inicial em Gestão Territorial (09 a 13 de fevereiro; 06 a 10 de abril de 2015 e 18 a 22/05/2015) – vide Anexo 8.1-2. |

8.2.3. REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO INICIAL DO USO DO SOLO

Ação concluída.

A ação consiste na realização de diagnóstico do uso do solo por meio de técnicas de geoprocessamento e sensoriamento remoto, por meio do qual são identificadas e apresentadas as diversas classes de uso do solo nas TIs da área de abrangência do PBA-CI da UHE de BM e da Faixa de segurança etnoambiental. A síntese do *status* de execução da ação segue no **Quadro 8.1-3**.

Quadro 8.1 - 3 – Dados da execução da ação Realização do diagnóstico inicial do uso do solo do projeto 8.1 do PGTI

| ELEMENTO | DEFINIÇÃO |
|---|---|
| Ação | Realização do diagnóstico inicial do uso do solo |
| Período de execução previsto, conforme PO do PBA-CI | Novembro de 2013 a 2015 |
| Período de execução desenvolvido/previsto pelo programa | 2014 |
| Produtos da ação, conforme PO do PBA-CI. | <ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico; • Mapas |
| Resultados auferidos pela execução da ação (4º RCS) | <ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico inicial concluído • Mapa elaborado |

8.2.4. ELABORAÇÃO DO CALENDÁRIO SAZONAL DAS TIS

Ação Concluída

No escopo do Projeto de Planejamento Territorial e Apoio à Gestão Socioambiental Compartilhada, a atividade de Elaboração do Calendário Sazonal das TIs prevê que o calendário sazonal seja realizado por meio de oficinas oferecidas em 11 TIs e 1 AI. Como consta no Plano Operativo do PBA-CI, os produtos esperados referentes a essa atividade são uma Oficina de calendário sazonal e a sistematização das informações em um relatório técnico. Até dezembro de 2014 haviam sido realizadas 20 oficinas com o tema calendários sazonais. No período de janeiro a abril de 2015 foram realizadas mais 07 oficinas nas TIs Paquiçamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Koatinemo.

O relatório da atividade, assim como as listas de presença, está disponível no **Anexo 8.1-3** e a síntese dos resultados obtidos está apresentada no **Quadro 8.1 – 4**.

Quadro 8.1 - 4 – Dados da execução da ação Elaboração dos calendários sazonais do projeto 8.1 do PGTI

| ELEMENTO | DEFINIÇÃO |
|--|--|
| Ação | Elaboração do calendário sazonal das TIs |
| Período de execução previsto, conforme PO do PBA-CI | 2013 - 2016 |
| Período de execução desenvolvido/previsto pelo programa | 2014 - 2016 |
| Produtos da ação, conforme PO do PBA-CI | Oficinas de calendário sazonal em 11 TIs e 1 AI |
| Resultados auferidos pela execução da ação até dezembro de 2014 (3º RCS) | 20 oficinas de calendário sazonal realizadas |
| Resultados auferidos pela execução da ação de janeiro a junho de 2015 | 7 oficinas de calendário sazonal realizadas nas TIs Paquiçamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Koatinemo (Anexo 8.1-3) |

8.2.5. REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E DE INFRAESTRUTURA DAS ALDEIAS

Para a realização do levantamento de dados socioeconômicos e de infraestrutura, foi utilizada a metodologia de elaboração de roteiros temáticos, a fim de guiar as equipes de campo na produção de diagnósticos extensos e padronizados. Optou-se por seguir as orientações das informações a serem levantadas nas aldeias contempladas pelo PBA - CI, são elas: “(i) o censo populacional; (ii) a identificação das lideranças políticas, religiosas e espirituais, como caciques, chefes de grupos de trabalho, pajés, raizeiros e membros das associações; (iii) os representantes de conselhos, Agentes Indígenas de Saúde (AIS), Agentes Indígenas de Saneamento Ambiental (AISAN), entre outros; (iv) a presença de escolas e dos Projetos Políticos Pedagógicos – PPPs e a situação dos alfabetizados; (v) a infraestrutura e os equipamentos disponíveis nas aldeias (incluindo estruturas físicas, transporte, comunicação, veículos, máquinas, barcos e motores), (vi) as fontes de renda (assalariados, aposentados, bolsistas, comercialização de produtos, entre outros); e (vii) os projetos em andamento.” (PBA-CI, volume 1, página 209).

As informações socioeconômicas das comunidades foram levantadas por meio dos roteiros estruturados, contudo, a publicação das mesmas deverá passar por um processo de validação e consentimento prévio das comunidades e serão incorporadas no banco de dados geoespacial que se encontra em fase de desenvolvimento.

De janeiro a maio de 2015 foram realizados levantamentos nas TIs Koatinemo, Kararaô, Paquiçamba, Xipaya, Kuruaya e Arara da Volta Grande do Xingu, conforme o **Anexo 8.1-3**, citado acima.

A síntese das informações da ação segue no **Quadro 8.1 – 5**.

Quadro 8.1 - 5 – Dados da execução da ação realização de diagnóstico socioeconômico e de infraestrutura das aldeias do projeto 8.1 do PGTI

| ELEMENTO | DEFINIÇÃO |
|---|---|
| Ação | Realização de diagnóstico socioeconômico e de infraestrutura das aldeias |
| Período de execução previsto, conforme PO do PBA-CI. | Jun/2013 a 2014 |
| Período de execução desenvolvido/previsto pelo programa (PTD) | Novembro de 2013 a 2015 |
| Produtos da ação, conforme PO do PBA-CI. | 1 Oficina socioeconômica realizada para 11 TIs e 1 AI; Formulário de Registro para diagnóstico; Diagnóstico concluído |
| Resultados auferidos pela execução da ação até dezembro de 2014 | Dados levantados em 29 aldeias e 11 TIs |
| Resultados auferidos pela execução da ação de janeiro a junho de 2015 | Dados levantados em 6 TIs (aldeias Paquiçamba, Miratu, Furo Seco, Guary Duan, Terrawangã, Ita-aka e Koatinemo, Irinapãne, Kuruatxé, Curuá, Tukaya, Tukamã e Kararaô) (– vide anexo 8.1-3) |

8.2.6. LEVANTAMENTO PARTICIPATIVO DOS RECURSOS E AMBIENTES PRIORITÁRIOS

Ação concluída.

A presente ação é constituída da realização dos etnomapeamentos nas TIs do médio Xingu e prevê o levantamento participativo dos principais tipos de ambientes e recursos associados no sistema de classificação dos povos indígenas em relação a seus territórios.

Foram realizadas até Junho de 2015 oficinas de etnomapeamento nas TIs Koatinemo, Kararaô, Paquiçamba, Araweté, Arara da Volta Grande do Xingu, Xipaya, Kuruaya. (Anexo 8.1-3, citado acima).

A síntese das informações da ação em tela segue no **Quadro 8.1 - 6**.

Quadro 8.1 - 6 – Dados da execução da ação Levantamento participativo dos recursos e ambientes prioritários do projeto 8.1 do PGTI

| ELEMENTO | DEFINIÇÃO |
|---|---|
| Ação | Levantamento participativo dos recursos e ambientes prioritários |
| Período de execução previsto, conforme PO | Novembro de 2013 a 2015 |
| Período de execução desenvolvido/previsto pelo programa (PTD) | 2014 a 2015 |
| Produtos da ação, conforme PO | <ul style="list-style-type: none"> • 25 Oficinas de etnomapeamento; • Mapas; • Registros das informações |
| Resultados auferidos pela execução da ação até dezembro de 2014 | <ul style="list-style-type: none"> • 18 oficinas de etnomapeamento realizadas |
| Resultados auferidos pela execução da ação de janeiro a junho de 2015 | <ul style="list-style-type: none"> • Oficinas de etnomapeamento nas TIs Koatinemo, Kararaô, Paquiçamba e Arara da Volta Grande do Xingu, Xipayá e Kuruaya, Araweté e Apyterewa – Anexo 8.1-3 |

8.2.7. ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Ação em andamento .

No escopo do Projeto de Planejamento Territorial e Apoio à Gestão Socioambiental Compartilhada, a atividade “Elaboração dos Planos de Trabalho e Avaliação de Resultados” prevê o planejamento das ações do ano de acordo com as prioridades e demandas das comunidades frente às pressões e desafios territoriais e, a partir 2º ano, a avaliação das atividades realizadas pelo PGTI no ano anterior (PBA-CI, volume 1, página 161). A síntese das informações da ação em tela segue no **Quadro 8.1 - 7**.

Evidencia-se que, conforme o PO do PBA-CI, esta ação foi concluída. Porém, devido à relevância de estabelecer os Planos de trabalho e a avaliação contínua do projeto, há previsão de continuidade desta ação.

Quadro 8.1 - 7 – Dados da execução da ação Elaboração dos Planos de Trabalho e Avaliação de Resultados do projeto 8.1 do PGTI

| ELEMENTO | DEFINIÇÃO |
|---|--|
| Ação | Elaboração dos Planos de Trabalho e Avaliação de Resultados |
| Período de execução previsto, conforme PO do PBA-CI | 2014 |
| Período de execução desenvolvido/previsto pelo programa | Outubro de 2013 a 2014 |
| Produtos da ação, conforme PO do PBA-CI | <ul style="list-style-type: none"> • Oficinas anuais de planejamento por TI (Análise das atividades desenvolvidas, estratégias, resultados e ajustes) • Plano de Trabalho (Subsídios: Aproximação técnica e levantamento das experiências e iniciativas existentes na região; Caracterização das TIs, (Diagnóstico do uso do solo, calendário sazonal, diagnóstico de Infraestrutura e levantamento de Recursos e Ambientes chave) |
| Resultados auferidos pela execução da ação até dezembro de 2014 | <ul style="list-style-type: none"> • Planejamento dos trabalhos construídos com as comunidades indígenas a cada entrada em campo; • Elaboração do Plano de Trabalho Detalhado – PTD do programa em 2014 (Vide CE 177/2014 – DS/SAI, 28/11/2014); • Desenvolvimento das ações com compreensão e anuência dos indígenas |
| Resultados auferidos pela execução da ação de janeiro a junho de 2015 | <ul style="list-style-type: none"> • Planejamento dos trabalhos construídos com as comunidades indígenas a cada entrada em campo. Vide Anexo 8.1-1 |

8.2.8. OFICINAS SÍNTESE DE MONITORAMENTO TERRITORIAL E ESTABELECIMENTO DE ACORDOS

Ação em andamento.

As Oficinas síntese de monitoramento territorial e estabelecimento de acordos são espaços de socialização e discussão das informações levantadas nos diagnósticos e monitoramentos ambientais realizados no âmbito do Projeto Monitoramento Territorial. Na ação é prevista a discussão e a compreensão das informações dos monitoramentos, com a reflexão concernente às alterações e pressões nos territórios; a definição de estratégias frente a ameaças – como invasões, desmatamento, incêndios, redução de recursos –; a construção de subsídios para o estabelecimento de acordos comunitários referentes ao uso dos recursos, e; a construção de subsídios para o etnozonoamento / plano de uso sustentável dos recursos das TIs.

No período de janeiro a abril de 2015 foram realizadas 03 oficinas no âmbito da Formação Inicial em Gestão Territorial (conferir relatório e listas de presença no Anexo 8.1-2, citado acima).

No mês de maio foram realizadas 02 oficinas – 1 na TI Paquiçamba e 1 na TI Arara da VGX (**Anexo 8.1-4**).

A síntese das informações da ação segue no **Quadro 8.1 - 8**.

Quadro 8.1 - 8 – Dados da execução da ação Oficinas síntese de monitoramento territorial e estabelecimento de acordos do projeto 8.1 do PGTI

| ELEMENTO | DEFINIÇÃO |
|---|---|
| Ação | Oficinas síntese de monitoramento territorial e estabelecimento de acordos |
| Período de execução previsto, conforme PO do PBA-CI | 2014 a 2015 |
| Período de execução desenvolvido/previsto pelo programa | 2014 a 2017 |
| Produtos da ação, conforme PO do PBA-CI | <ul style="list-style-type: none"> • Oficinas • Acordos |
| Resultados auferidos pela execução da ação até dezembro de 2014 | <ul style="list-style-type: none"> • 4 Oficinas síntese de monitoramento territorial e estabelecimento de acordos realizadas aldeias da TI Paquiçamba, em agosto de 2014(Anexo 8.1-5); • 1 oficina na Formação Inicial em Gestão Territorial |
| Resultados auferidos pela execução da ação de janeiro a junho de 2015 | <ul style="list-style-type: none"> • 2 oficinas na Formação Inicial em Gestão Territorial (Anexo 8.1-2). • 2 oficinas nas TIs Paquiçamba e Arara da Volta Grande do Xingu (Anexo 8.1-4) |

8.2.9. CONSOLIDAÇÃO DO ETNOZONEAMENTO E PLANO DE USO SUSTENTÁVEL

Ação não iniciada

Conforme o PO do PBA-CI, a execução da ação deve ser iniciada em 2015, após finalização de todos os etnomapeamentos, e concluída em 2017. Deste modo, o presente relatório não dispõe de resultados referentes à ação.

8.2.10. INTERCÂMBIOS DE REFERÊNCIA EM GESTÃO TERRITORIAL INDÍGENA

Ação concluída

No escopo desta ação estão previstos dois tipos de intercâmbios entre povos indígenas, os coletivos e os específicos, os quais visam favorecer substancialmente o entendimento de modelos eficientes de Gestão Territorial Indígena – GTI, fornecer parâmetros para o enfrentamento dos novos desafios e subsidiar a reformulação das estratégias de GTI.

No período de janeiro a abril de 2015 foi realizado um intercâmbio específico Gestão Territorial Indígena com 03 etnias – Asurini, Parakanã e Xikrin - junto ao povo indígena

Wajãpi. O relatório detalhado da atividade encontra-se no **Anexo 8.1-5**.

Além disso, os intercâmbios coletivos continuaram no 2º, 3º e 4º encontros presenciais da Formação Inicial em Gestão Territorial Indígena (**Anexo 8.1-2 – Formação inicial em Gestão Territorial Indígena**), citado acima.

A síntese das informações da ação segue no **Quadro 8.1 - 9**.

Quadro 8.1 - 9 – Dados da execução da ação Intercâmbios de referência em Gestão territorial Indígena do projeto 8.1 do PGTI

| ELEMENTO | DEFINIÇÃO |
|---|---|
| Ação | Intercâmbios de referência em Gestão territorial Indígena |
| Período de execução previsto, conforme PO do PBA-CI | 2014 a 2017 |
| Período de execução desenvolvido/previsto pelo programa | 2014 a 2017 |
| Produtos da ação, conforme PO do PBA-CI | <ul style="list-style-type: none"> • Intercâmbio coletivo; • Intercâmbio específico; • Encontros; • Reuniões (atas de reunião com encaminhamentos); • Acordos. |
| Resultados auferidos pela execução da ação até dezembro de 2014 | <ul style="list-style-type: none"> • 1 Intercâmbio coletivo realizado • 2 intercâmbios específicos |
| Resultados auferidos pela execução da ação de janeiro a junho de 2015 | <ul style="list-style-type: none"> • 2 intercâmbios coletivos (Anexo 8.1-2 – Formação Inicial em Gestão Territorial Indígena) • 1 intercâmbio específico com 3 etnias – Anexo 8.1-5 |

8.2.11. OFICINAS SOBRE OCUPAÇÃO TERRITORIAL REGIONAL

Ação em andamento.

As oficinas sobre ocupação territorial regional previstas no âmbito da Formação Inicial em Gestão Territorial continuaram com o 2º, 3º e 4º encontros da formação Inicial em Gestão Territorial Indígena, conforme Anexo 8.1-2.

Além disso, estão previstas oficinas individualizadas por TI a partir do segundo semestre de 2015.

8.2.12. ARTICULAÇÃO E APOIO ESTRATÉGICO AO PODER PÚBLICO LOCAL

Ação em andamento.

A ação é prevista no PO do PBA-CI para ser executada no período 2015 a 2017. Contudo, os levantamentos iniciais já vêm ocorrendo, conforme sugerido no Plano de Trabalho Detalhado - PTD. O diagnóstico inicial está exposto no **Anexo 8.1-6**.

8.2.13. REUNIÃO PARA AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA UHE BM

Ação não iniciada.

Conforme o PO do PBA-CI, a execução da ação deve ser iniciada em 2015 e concluída em 2017. Portanto, não há resultados a serem comunicados.

8.1 - ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS DO PROJETO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E GESTÃO SOCIOAMBIENTAL COMPARTILHADA

| OBJETIVOS ESPECÍFICOS | STATUS DE ATENDIMENTO | ALTERAÇÕES DE ESCOPO OU PRAZO | JUSTIFICATIVA PARA O STATUS E ALTERAÇÕES |
|--|------------------------------|--------------------------------------|---|
| Apoiar as estratégias comunitárias de gestão territorial das Terras Indígenas e colaborar para a gestão socioambiental compartilhada entre TIs, vizinhos e UCs, fortalecendo a conservação etnoambiental | Em andamento | Não se aplica | As ações necessárias para o atingimento deste objetivo vêm sendo plenamente executadas, de forma que o prazo estabelecido no PO PBA-CI, ou seja, 2017, deverá ser atendido. |

8.4. ATENDIMENTO ÀS METAS DO PROJETO DE MONITORAMENTO TERRITORIAL

Planilha

8.1 - ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS DO PROJETO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E GESTÃO SOCIOAMBIENTAL COMPARTILHADA

| META | STATUS DE ATENDIMENTO | ALTERAÇÕES DE ESCOPO OU PRAZO | JUSTIFICATIVA PARA O STATUS E ALTERAÇÕES |
|--|-----------------------|---|--|
| Estratégia de comunicação eficiente com equipe e parceiros; Planejamento de ações com interlocutores locais; Planejamento semestral das ações nas TIs e entorno | Em andamento | Não se aplica | Tal qual relatado no item "Resultados Consolidados" do presente relatório, a ação de gestão do Programa e das equipes vem sendo plenamente executada, com resultados que demonstram o pleno atingimento desta meta. A elaboração do PTD (anexo relatório Plano de Gestão) e a proposta de formação iniciada em gestão territorial (anexo 8.1-1 deste relatório), ambos protocolados pela Norte Energia na Funai, evidenciam esta análise. |
| Avaliação quali e quantitativa dos dados produzidos pelo PGTI | Em andamento | Alteração de prazo: Conforme o PO do PBA-CI, a ação possui término previsto para 2014, no entanto, conforme PTD, trata-se de ação contínua a ser finalizada até 2017. Alterações de escopo: As avaliações serão realizadas em 3 momentos: na ocasião das reuniões dos subcomitês gestores indígenas; nos encontros da Formação Inicial em Gestão Territorial; e em reuniões de avaliação específicas do PGTI nas quais serão avaliadas as ações realizadas pelo PGTI juntamente com o planejamento anual das próximas ações, no início de cada ano. | As avaliações serão realizadas juntamente com as reuniões de planejamento anual das ações para reduzir a sobrecarga de atividades nas aldeias que tem sido uma das grandes reclamações dos indígenas de todas as TIs. Serão realizadas também nas reuniões dos subcomitês e nos encontros da Formação Inicial em Gestão Territorial Indígena. Esta alteração de escopo e prazo não compromete os objetivos e metas da ação. Pelo contrário, contribui com o aumento na frequência de avaliações, se integra a diversas outras ações do PGTI e visa respeitar a demanda dos indígenas pela integração de ações e consequente redução de atividades nas aldeias. |
| Diagnóstico inicial (T zero) completo do uso do solo das TIs do Médio Xingu e da "Zona de Influência Regional nas TIs" | Concluído | Não se aplica | A meta foi totalmente atingida, conforme demonstrado no Anexo 8.1-2 deste relatório. |
| Oficinas de calendário sazonal realizadas em 11 TIs e 1 AI | Em andamento | Não se aplica | Meta prevista para ser atingida em 2016, conforme PO PBA-CI. Ao final de 2014, 92% estava concluída, uma vez que foram realizadas Oficinas em 10 TIs e na AI Juruna Km17, restando apenas uma TI a ser realizada Oficina. Vide anexo 8.1-3. |
| Dados socioeconômicos levantados para as aldeias das 11 TIs e 1 AI | Em andamento | Alteração de prazo. Conforme o PO do PBA-CI, a ação possui término planejado para 2014, porém, a ação será finalizada até agosto/2015 | Devido à autorização para entrada em campo da equipe do PGTI ter sido emitida pela FUNAI em novembro de 2013, o início do levantamento foi iniciado em 2014. Além disso as grandes mudanças de infraestrutura (construção de casas de moradia, pistas de pouso, sistemas de abastecimento de água, escolas, unidades básicas de saúde) e no padrão socioeconômico (professores indígenas contratados, benefícios sociais, agentes indígenas de saúde e saneamento, etc) das aldeias demandam a continuidade da ação. |
| Ambientes identificados e delimitados; Recursos naturais localizados e sistematizados; Conceitos construídos e referenciados no sistema local | Em andamento | Não se aplica | Meta prevista para ser plenamente atingida em 2015, conforme PO PBA-CI. Até o final de 2014 haviam sido realizadas 18 oficinas, de um total de 25 previstas no PO PBA-CI. Outras 7 serão realizadas na VGX entre janeiro e fevereiro de 2015. Metas estão sendo atingidas conforme estabelece o PO PBA-CI, com adiantamento de prazo. |
| Planejamento dos trabalhos construído com as comunidades indígenas; Planejamento anual pautado por indicadores étnicos e técnicos e focado nos resultados | Em andamento | Não se aplica | Meta prevista no PO para ser atingida em 2014. No entanto, as ações referentes a esta meta deverão ser contínuas. Os planejamentos vem sendo construídos junto às comunidades, validados nas reuniões dos Subcomitês e nas etapas da Formação Inicial em Gestão Territorial. |
| Socialização e compreensão das informações fornecidas pelo monitoramento das TIs; Estabelecimento de acordos comunitários de uso dos recursos; Definição de estratégias comunitárias frente a ameaças aos territórios; Construção de subsídios para o etnozoneamento / plano de uso dos recursos | Em andamento | Adiantamento de prazo em relação ao PO PBA-CI. Previstas para início e término em 2015, parte das ações que visam o atingimento destas metas foram realizadas em 2014. | Ações foram realizadas na TI Paquiçamba, por ser localizada na VGX, área de impacto direto da UHE BM (anexo 8.1-5); e durante o primeiro módulo da Formação Inicial em Gestão Territorial, conforme anexo 8.1-1. |
| Consolidação do etnozoneamento das TIs; Consolidação dos planos de uso sustentável dos recursos e ocupação das TIs. | Não iniciado | Não se aplica | Metas previstas para serem atingidas em 2017, através de ações que devem ser iniciadas em 2015, de acordo com o PO PBA-CI. |
| Conhecimento de modelos exitosos de gestão territorial indígena; Estabelecimento de parâmetros para gestão territorial indígena; Troca de experiências entre povos indígenas; Uso sustentável dos recursos naturais no entorno das TIs; Proteção territorial compartilhada entre povos indígenas e atores instituições atuantes ao nível local; Redução dos conflitos entre as TIs e o entorno | Em andamento | Adiantamento de prazo. De acordo com o PO PBA-CI, estas metas estão previstas para serem atingidas em 2017, através de ações que devem ser iniciadas em 2015. | Foram realizados 2 intercâmbios específicos, em sinergia com o Programa de Patrimônio Cultural Material e Imaterial (anexo 8.1-6), e um intercâmbio coletivo, no âmbito da Formação Inicial em Gestão Territorial (anexo 8.1-1), contribuindo para o atingimento das metas aqui propostas através de um processo gradual e constante, com maior tempo para assimilação de conceitos e experiências por parte dos indígenas da área de influência da UHE BM. |
| Compreensão da ocupação regional; Compreensão sobre os impactos da UHE BM; Identificação da situação socioambiental do entorno das TIs; Mapeamento das relações indígenas; Capacitação de lideranças indígenas para leitura cartográfica e uso de GPS | Em andamento | Adiantamento de prazo. De acordo com o PO PBA-CI, estas metas estão previstas para serem atingidas em 2017, através de ações que devem ser iniciadas em 2015. | As oficinas sobre ocupação territorial tiveram início em 2014, na Formação Inicial em Gestão Territorial (anexo 8.1-1), em um esforço de integração de atividades sinérgicas que reduzam a pressão sobre os indígenas causada pelo excesso de atividades nas aldeias. |
| Interlocução do PGTI com iniciativas do poder público estadual e municipal | Em andamento | Não se aplica | Metas previstas para serem atingidas em 2017, através de ações que devem ser iniciadas em 2015, de acordo com o PO PBA-CI. |
| Análise dos impactos socioambientais sofridos no período, na região de abrangência da UHE BM; Construção de estratégias coletivas p/ minimizar ou compensar os impactos da UHE BM | Não iniciado | Não se aplica | Metas previstas para serem atingidas em 2017, através de ações que devem ser iniciadas em 2015, de acordo com o PO PBA-CI. |

8.5. ATIVIDADES PREVISTAS

Nos itens subsequentes são dispostos especificamente os dados concernentes ao nível de execução – *status* de atendimento – das ações previstas no PO do PBA-CI até o final de 2015.

8.5.1. GESTÃO DO PROGRAMA E DAS EQUIPES

A ação se encontra em andamento e tem caráter permanente, assim, não possui previsão de conclusão.

Das diversas atividades relacionadas com esta ação, as principais são:

- Reuniões mensais com equipe do PGTI;
- Planejamento anual e semestral das ações;
- Articulações institucionais;
- Acompanhamento e condução do desenvolvimento das ações;
- Relatórios mensais e semestrais;
- Gestão do banco de dados.

8.5.2. AVALIAÇÃO INTEGRADA DO PROGRAMA

A ação se encontra em andamento.

A previsão é que esta ação seja finalizada em 2017.

- Avaliações nas próximas reuniões dos subcomitês;
- Avaliações das ações de Gestão Territorial Indígena (Anexo 8.1-2);
- Reuniões específicas, que consistem em espaços de avaliação do programa por aldeia, nas quais serão realizadas a avaliação do programa, ocasião na qual se favorece a ampla participação social das comunidades indígenas na avaliação do programa ainda em andamento.

8.5.3. ELABORAÇÃO DO CALENDÁRIO SAZONAL DAS TIS

Ação concluída.

8.5.4. REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E DE INFRAESTRUTURA DAS ALDEIAS

A ação se encontra em andamento

Os resultados dos diagnósticos socioeconômicos serão apresentados nos relatórios finais de caracterização das TIs com previsão de finalização em agosto de 2015.

8.5.5. LEVANTAMENTO PARTICIPATIVO DOS RECURSOS E AMBIENTES PRIORITÁRIOS

Ação concluída.

8.5.6. ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Ação em andamento de caráter permanente.

Os planejamentos são feitos no início de cada semestre e são detalhados em cada entrada de campo, nas quais a equipe apresenta um planejamento mais pontual referente ao período de trabalho, constantemente readequado ao calendário indígena.

8.5.7. OFICINAS SÍNTESE DE MONITORAMENTO TERRITORIAL E ESTABELECIMENTO DE ACORDOS

Ação em andamento de caráter permanente

As Oficinas síntese de monitoramento territorial e estabelecimento de acordos são espaços de socialização e discussão das informações levantadas nos diagnósticos e monitoramentos ambientais realizados no âmbito do Projeto Monitoramento Territorial. Envolvem tanto a discussão e a compreensão das informações dos monitoramentos, refletindo sobre as alterações e pressões nos territórios, quanto, se necessários, a proposição de acordos comunitários sobre o uso dos recursos naturais e a definição de estratégias frente a ameaças, como invasões, desmatamento, incêndios, redução de recursos e outras.

De janeiro a junho de 2015 foram realizadas 03 oficinas no âmbito da Formação Inicial em Gestão Territorial. Anexo 8.1-2, citado acima.

Além disso, foram realizadas duas oficinas específicas nas TIs Paquiçamba e Arara da Volta Grande do Xingu entre os dias 28 de maio e 2 de junho. Anexo 8.2, citado acima.

8.5.8. CONSOLIDAÇÃO DO ETNOZONEAMENTO E PLANO DE USO SUSTENTÁVEL

Ação não iniciada.

De acordo com o PBA-CI, (Volume 01, página 162), no etnozoneamento e plano de uso sustentável “serão consolidadas as deliberações normativas sobre o uso e a ocupação do território, partindo da compreensão sobre as vulnerabilidades territoriais e dos acordos estabelecidos na ação específica. A partir de mapas mentais e imagens georreferenciadas, para localização dos recursos prioritários e regiões que demandem proteção, serão sintetizadas as estratégias de Gestão Territorial Indígena, novas e/ou tradicionais em uma organização do território. Serão definidas áreas etnoambientais e funções a que estas correspondem dentro da necessidade de reprodução física e cultural dos grupos. Junto com o etnozoneamento será elaborado o plano de uso sustentável dos recursos, compreendendo acordos sobre as formas de usos e as regras comunitárias de extrativismo da flora e fauna. Após toda a comunidade ter se envolvido em ampla formulação dos caminhos para enfrentamento dos desafios propostos, grupos de trabalho eleitos pelas comunidades serão orientados a elaborar os planos de trabalho e capacitados para implementá-los”.

Esta ação deve ser iniciada após a finalização dos etnomapas, prevista para julho de 2015, momento no qual os trabalhos concernentes ao etnozoneamento envolverão:

- Oficinas em todas as Terras Indígenas para a validação, consolidação e devolutiva dos etnomapas e de todo material produzido durante as atividades

do período 2014-2015;

- Oficinas de sensibilização e mobilização específicas para temática dos instrumentos do “Plano de Gestão” e “etnozoneamentos”. Nestas oficinas serão apresentados da maneira mais detalhada e clara possível conceitos e experiências práticas realizadas por outros povos com relação à definição das zonas etnoambientais e à elaboração de planos de gestão. Estas oficinas farão uso de recursos audiovisuais e atividades estruturadas e terão o objetivo de sensibilizar as comunidades para a importância desses instrumentos para o planejamento de seus territórios. Além da mobilização dos indígenas em torno do tema, outro produto importante dessas oficinas será a sistematização do levantamento das potencialidades e vulnerabilidades socioambientais das TIs que será utilizada na etapa de planejamento e construção de acordos. Esta atividade atuará de forma sinérgica com a atividade Intercâmbios de referência em Gestão Territorial Indígena e já se iniciou no processo formativo “Formação Inicial em Gestão Territorial Indígena”.
- Oficinas de planejamento e construção de acordos em todas as TIs onde houver o interesse manifesto para o desenvolvimento dos instrumentos. Esta etapa terá um teor mais prático do que as outras, pois prevê a definição de acordos e planos de ação e o planejamento das atividades. Esta atividade é complementar à ação “oficinas síntese de monitoramento territorial e construção de acordos”.

8.5.9. INTERCÂMBIOS DE REFERÊNCIA EM GESTÃO TERRITORIAL INDÍGENA

Ação concluída.

No escopo do Projeto de Planejamento Territorial e Apoio à Gestão Socioambiental Compartilhada, a atividade de Intercâmbios de referência em Gestão Territorial Indígena refere-se à possibilidade de representantes das comunidades indígenas do Médio Xingu compartilharem conhecimentos e práticas exitosas em Gestão Territorial Indígena.

A ação de intercâmbios de referência em Gestão Territorial Indígena visa promover encontros entre iniciativas e contextos protagonizados por povos que estão à frente da gestão de seu território.

8.5.10. OFICINAS SOBRE OCUPAÇÃO TERRITORIAL REGIONAL

Ação em andamento.

No escopo do Projeto de Planejamento Territorial e Apoio à Gestão Socioambiental Compartilhada, a Oficina sobre ocupação territorial regional prevê a construção do entendimento sobre a ocupação territorial do Médio Xingu e o levantamento dos atores e instituições do entorno de cada uma das 11 TIs e 1 AI Juruna km 17. Como consta no Plano Operativo do PBA - CI, os produtos esperados são: primeira Oficina por TI; relatórios das oficinas com lista de presença e registro fotográfico, e Levantamento de atores e instituições do entorno.

Esta oficina, além de ter sido trabalhada nos encontros da Formação Inicial em Gestão

Territorial Indígena será realizada em todas as TIs a partir do segundo semestre de 2015.

8.5.11. ARTICULAÇÃO E APOIO ESTRATÉGICO AO PODER PÚBLICO LOCAL

Ação em andamento.

Trata-se de identificar oportunidades nas políticas públicas para a implementação de ações de manutenção ou recuperação dos ecossistemas terrestres e aquáticos – entre elas as ações de restauração de matas ciliares – e para o estabelecimento de mosaicos e/ou corredores ecológicos, Unidades de Conservação - UCs e zonas de amortecimento – ou faixa de segurança etnoambiental - e serviços ambientais.

A ação será desenvolvida por meio da: elaboração de diagnóstico de instituições e atividades (programas, projetos, políticas e ações) vinculados com a gestão territorial das TIs do Médio Xingu; sistematização dos desafios e oportunidades para a gestão territorial das TIs do Médio Xingu; e articulação do PGTI com o poder público, ONGs e demais entes da sociedade civil.

A ação visa instrumentalizar o PGTI e os povos indígenas do Médio Xingu em relação a ações sinérgicas com a gestão territorial das TIs, bem como subsidiar o estabelecimento/fortalecimento de parcerias interinstitucionais para o desenvolvimento da gestão territorial da região do Médio Xingu.

Conforme o PO do PBA - CI (Projeto de Planejamento Territorial e Apoio à Gestão Socioambiental Compartilhada, anexo 2, quadro de acompanhamento, página 79), a ação possui início previsto em 2015 e encerramento estimado para 2017.

8.5.12. REUNIÃO PARA AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA UHE BM

Ação não iniciada

Na ação, conforme o PBA (PBA-CI, volume 1, página 171), propõe-se a realização de um seminário regional em parceria com os atores regionais identificados e vinculados ao Projeto de Planejamento Territorial e Apoio à Gestão Socioambiental Compartilhada, e envolvendo os diferentes setores da sociedade local para um encontro de 3 dias ao final do segundo semestre do 5º ano do PBA-CI.

A atividade visa a realização da avaliação de impactos socioambientais, culminando em um “Seminário para avaliação dos impactos socioambientais da UHE Belo Monte” previsto para o ano de 2017. De acordo com o PBA (PBA-CI, volume 1, página 171), o seminário finalizará o primeiro ciclo de 5 anos deste Programa e será realizado em parceria com os atores regionais identificados e vinculados ao presente projeto e envolve os diferentes setores da sociedade local neste Seminário de 3 dias.

No PO do PBA - CI, página 79, está prevista a realização da ação intitulada “Reunião para avaliação dos impactos da UHE Belo Monte”, a ser realizada em 2017.

Nesta ação serão realizadas sínteses e apresentações de dados dos monitoramentos para posterior análise conjunta dos resultados, o que possui sinergia com outras ações do presente programa, como Avaliação integrada do Programa (PBA-CI, volume 1, página 159), e Elaboração dos Planos de trabalho e Avaliação de resultados (PBA-CI, volume 1, página 161). Além disso, a realização da Reunião de Avaliação de Impactos possui sinergia também com a ação do Plano de Gestão: Avaliação, monitoramento e análise crítica da eficácia da implementação dos programas e projetos do PBA-CI (PO do PBA - CI, página 10).

8.6. ATENDIMENTO AO CRONOGRAMA

Pacote de Trabalho: Projeto de Planejamento Territorial e Gestão Socioambiental Compartilhada



Atividades/Ação

| Item | Descrição | | 2011 | 2012 | 2013 | | | | | | | | | | | | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|---|--|-----------|------|------|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|--|--|------|------|------|------|
| | | | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | | | | | | |
| Programa de Gestão Territorial | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Projeto de Planejamento Territorial e Gestão Socioambiental Compartilhada | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Coordenação do Programa de Gestão Territorial Indígena | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1 | Gestão do Programa e das Equipes | Previsto | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | Realizado | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2 | Avaliação Integrada do Programa | Previsto | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | Realizado | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Caracterização das TIs e entorno | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3 | Realização do diagnóstico inicial do uso do solo | Previsto | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | Realizado | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4 | Elaboração do calendário sazonal das TIs | Previsto | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | Realizado | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 5 | Realização de diagnóstico socioeconômico e de infraestrutura das aldeias | Previsto | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | Realizado | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 6 | Levantamento participativo dos recursos e ambientes prioritários | Previsto | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | Realizado | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Planejamento Territorial e Governança Indígena das Relações locais | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 7 | Elaboração dos Planos de Trabalho e Avaliação de Resultados | Previsto | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | Realizado | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8 | Oficinas síntese de monitoramento territorial e estabelecimento de acordos | Previsto | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | Realizado | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 9 | Consolidação do etnozzoneamento e plano de uso sustentável | Previsto | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | Realizado | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 10 | Intercâmbios de referência em Gestão Territorial Indígena; | Previsto | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | Realizado | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 11 | Oficinas sobre ocupação territorial regional; | Previsto | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | Realizado | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Arranjos institucionais e políticos para a gestão socioambiental compartilhada | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 12 | Articulação e apoio estratégico ao poder público local | Previsto | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | Realizado | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 13 | Reunião para avaliação dos impactos da UHE BM | Previsto | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | Realizado | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Legenda

- Prazo executado pela atividade
- Prazo planejado

8.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando mitigar os impactos previstos no Estudo de Impacto Ambiental - EIA da UHE BM - Volume 35, as ações do Projeto Planejamento Territorial e Apoio à Gestão Socioambiental Compartilhada visam os seguintes objetivos:

1. Possibilitar o acesso dos povos indígenas aos novos referenciais sobre gestão de TIs para que possam criar planos de uso sustentável dos territórios e garantir a qualidade de vida das gerações futuras;
2. Possibilitar aos povos indígenas o exercício da gestão territorial por meio de mecanismos “híbridos” - indígenas e não indígenas - de diagnóstico, zoneamento, monitoramento e avaliação dos métodos, processos e resultados;
3. Promover a troca de experiências e o diálogo entre indígenas, parceiros institucionais e atores locais para o exercício da gestão compartilhada dos territórios;
4. Acompanhar e influenciar políticas públicas de ordenamento territorial, adequação socioambiental e outras que interfiram no uso e na ocupação do solo no entorno das TIs ou que possam prevenir e minimizar impactos aos territórios indígenas;
5. Estabelecer arranjos institucionais e políticos para a viabilização da gestão territorial indígena;
6. Coordenar as equipes e os consultores, gerir o Programa Gestão Territorial Indígena e promover sua integração com todos os programas do PMX.

Os primeiros dois anos de execução do presente projeto têm dois eixos principais de atuação. O primeiro deles se centra em ações de diagnóstico e caracterização das Terras Indígenas do Médio Xingu e o segundo tem um caráter mais formativo, na perspectiva de colocar os indígenas em contato com outras experiências e instrumentos de gestão territorial indígena, ambos visando, em médio prazo, acumular informações e reflexões nas comunidades que possam contribuir com o amadurecimento dos planos de gestão ou planos de vida das TIs do Médio Xingu ou outras formas de organização e diálogo de interesse de cada povo da região.

Pela análise do EIA do Volume 35 (PATRICIO *et al.*, 2009; VIEIRA *et al.*, 2009a; VIEIRA *et al.*, 2009b; GIANNINI *et al.*, 2009; MULLER *et al.*, 2009), percebe-se que as comunidades indígenas estão desprovidas de apoio institucional, fato que pode anular a capacidade de contribuírem com os esforços para a mitigação e compensação dos impactos a serem gerados e/ou ampliados pela UHE BM. Ao longo do primeiro semestre de atividades do PGTI, essa percepção ficou evidente por meio do desnivelamento de informações entre os 9 povos acerca de seus direitos e do desequilíbrio na atuação nos espaços políticos dentro e fora do âmbito do PBA-CI; além da falta de inserção nos processos de gestão territorial nacionais e do pouco conhecimento da maioria dos indígenas sobre instrumentos técnicos e legais de proteção, conservação e gestão de suas terras.

Na busca para contribuir para a melhoria dessa realidade e atendendo aos objetivos 1 e 3 supracitados, o Projeto de Planejamento Territorial e Apoio à Gestão Socioambiental Compartilhada iniciou um processo de Formação Inicial em Gestão

Territorial Indígena, visando, por meio de um processo formativo e participativo, propiciar aos indígenas maior compreensão acerca do contexto ambiental e político em que estão inseridos e dos instrumentos de pesquisa e gestão territorial disponíveis. A oferta dessa oportunidade de formação sistemática e operacional, por meio de diferentes conteúdos e instrumentos formativos (encontros formativos presenciais, bolsas de estudos, acompanhamento pedagógico, intercâmbio de experiências, desenvolvimento de pesquisas e propostas de intervenção/projetos), permitirá aos indígenas a ampliação do entendimento sobre as transformações e sobre as possibilidades de intervenção nas realidades locais, bem como maior apropriação e conhecimento das ações do PBA-CI.

O 2º Encontro da Formação em Gestão Territorial Indígena na região do médio Xingu apresentou maiores avanços. Desde a dinâmica de reencontro até a avaliação final do Encontro, ficaram nítidos o interesse e a motivação dos participantes com a formação. Dos participantes que são mais engajados na vida política de suas comunidades e em atividades diretamente ligadas à gestão territorial, recebeu-se o retorno de que o curso tem sido uma excelente oportunidade de troca de conhecimentos e de aproximação entre os povos indígenas na região: “é uma oportunidade de conhecer melhor a realidade uns dos outros”. Foi possível também observar o amadurecimento de participantes mais jovens, especialmente aqueles pertencentes aos povos de recente contato, que se mostraram menos tímidos e mais inteirados das discussões, dos conceitos e termos trabalhados ao longo da formação. Um dos pontos mais destacados positivamente nas avaliações foi a participação dos facilitadores indígenas, permitindo que os participantes conheçam os desafios e as iniciativas de outros indígenas nos diferentes eixos da gestão territorial.

O 3º Encontro revelou diversos aspectos positivos da formação. O primeiro deles é o fortalecimento das relações entre participantes provenientes de contextos culturais e linguísticos bastante distintos. Este amadurecimento do grupo vem indicando as possibilidades de canais de diálogo entre estes povos e de aproximação em torno do interesse comum na gestão ambiental e territorial das terras indígenas que habitam. Ao longo da semana, vários participantes destacaram a oportunidade de troca de conhecimentos propiciada pela formação e alguns demandaram a continuidade da formação.

Outro aspecto positivo foi a opção por dois facilitadores indígenas para este terceiro encontro. O diálogo entre povos indígenas de diferentes regiões que foi propiciado pelos facilitadores Guajajara e Apurinã foi bastante rico e proveitoso para os participantes. A interação e participação com cada vez menos inibição dos participantes mais jovens pertencentes a povos de recente contato também é um aspecto que merece ser novamente ressaltado. O desenvolvimento de habilidades de sistematização de conteúdos e de expressão pública de ideias por parte destes participantes em relação ao primeiro encontro é marcante. A qualidade técnica dos facilitadores também permitiu que o terceiro encontro, dedicado a tratar de conteúdos densos (como legislação indigenista e ambiental), e temas complexos (como os conflitos socioambientais), tenha sido dinâmico e capaz de estimular a participação de todos nas atividades.

Com relação aos Intercâmbios realizados em março de 2015, avalia-se que a experiência foi extremamente rica e proveitosa por haver propiciado um contato próximo dos povos Parakanã, Xikrin e Asurini com o povo Wajãpi. Durante a viagem o grupo pôde observar e debater diversas experiências exitosas relacionadas à gestão territorial da TI Wajãpi bem como conhecer e compartilhar um pouco da sua cultura.

Como exposto na sessão anterior foi possível conhecer um pouco do processo de construção do Plano de Gestão Ambiental e Territorial da TI Wajãpi que havia sido muito recentemente validado pelo povo em assembleia geral. Trata-se de uma experiência importante para o contexto local, uma vez que os Xikrin estão iniciando o processo de construção de seu próprio plano é essencial que tenham contato com outras experiências para que possam refletir e construir seu próprio caminho de maneira mais crítica e qualificada. Do ponto de vista dos Parakanã e Asurini, os planos de gestão ainda não são uma realidade imediata, no entanto, é também fundamental que comecem a ter contato com esse instrumento da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI que poderá auxiliá-los a se organizarem e se planejarem num contexto de rápidas transformações sociais, culturais e ambientais pelas quais estão passando. A experiência vivida com os Wajãpi pôde trazer esse contato.

Interessante salientar também que dois dos alunos da Formação Inicial em Gestão Territorial desenvolvida pela executora do PGTI estavam presentes no intercâmbio e puderam ver na prática diversos instrumentos e iniciativas que vêm sendo conhecidas e trabalhadas durante os encontros presenciais e dispersões da formação, incluindo o programa de formação de pesquisadores indígenas Wajãpi. Sua formação envolve a pesquisa de temas de interesse individual ou coletivo, em geral relacionados a práticas culturais, manejo e uso de recursos florestais, pinturas corporais, organização social, entre muitos outros. Estas pesquisas não são apenas uma forma de registro de informações, mas sim uma forma de exercício das práticas culturais. Com isso os pesquisadores se tornam figuras importantes dentro e fora das comunidades à medida que contribuem para a vitalização cultural e dialogam com as políticas públicas relacionadas. Portanto, conhecer um pouco dessa realidade pode ajudar os participantes da formação a compreenderem melhor o papel que podem desempenhar dentro de suas próprias comunidades.

Outra discussão extremamente rica foi em torno de como os Wajãpi vêm lidando com uma série de políticas públicas que segundo eles os levaram à “sedentarização” no passado, com as frentes de contato do Estado, e que atualmente continuam levando ao mesmo processo. Assim vem acontecendo com as políticas de saúde e educação, que favorecem a concentração de pessoas em poucos núcleos populacionais à medida que o acesso às políticas é difícil e limitado, e à medida que não se viabilizam mecanismos alternativos que possam respeitar as diferentes formas de se relacionarem e se distribuírem pelo território.

Chamou a atenção também sua capacidade de organização, o exercício do protagonismo e a autonomia diante dos desafios e dificuldades. Estas características ficaram bastante evidentes e despertou muito o interesse dos visitantes nas iniciativas relacionadas a conquistas na área da saúde com a construção de postos de saúde sem dependência do Estado e a formação de técnicos de saúde indígenas e o projeto do fundo de vigilância.

Por fim, a experiência foi avaliada de maneira bastante positiva tanto pelos Wajãpi quanto pelos visitantes. Os convites para retorno e para que os Wajãpi possam conhecer a região de Altamira são evidência disso. O fortalecimento dessa relação poderá contribuir bastante para a prática de referências positivas de gestão territorial.

Os resultados obtidos com a da Formação Inicial em Gestão Territorial e do intercâmbio realizado reforçam a afirmação de que o PGTI, vem contribuindo com os objetivos de possibilitar o acesso dos povos indígenas a novos referenciais sobre gestão de TIs, e promover a troca de experiências e o diálogo entre indígenas, parceiros institucionais e atores locais.

Com relação à etapa de diagnósticos e caracterização das TIs, de janeiro a junho houve avanços significativos na atividade, uma vez que foi possível atingir a meta estipulada de 25 oficinas de etnomapeamento, além dos calendários sazonais e os diagnósticos de infraestrutura e socioeconômicos.

Os resultados obtidos até o momento estão coerentes com as metas estabelecidas para o período decorrido e contribuíram significativamente para a caracterização socioambiental das TIs do Médio Xingu e entorno por meio de “mecanismos híbridos de diagnóstico”, como salientado no objetivo 2 exposto acima. Essa fase diagnóstica do projeto é importante para o fortalecimento indígena no enfrentamento dos prováveis impactos previstos no EIA da UHE BM na medida em que a reflexão e o registro – por meio do diálogo intercultural e intercientífico – dos modos de vida; dos recursos; dos potenciais e vulnerabilidades; e das transformações sociais e ambientais auxiliam no debate qualificado com o poder público, instituições, empreendedores e parceiros na busca por alternativas que possam garantir a reprodução física e cultural dos povos indígenas do Médio Xingu bem como adaptar-se às mudanças que o contato com outras culturas acarreta.

Com relação à continuidade do PGTI, ao traçar um paralelo das ações do Programa de Gestão Territorial Indígena – PGTI do PBA-CI da UHE de Belo Monte com as orientações gerais sugeridas pela Funai no documento “Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas: Orientações para Elaboração”, observa-se que os primeiros dois anos do PGTI situam-se nas fases iniciais de construção de Planos de Gestão Territorial e Ambiental – PGTA - das Terras Indígenas, conforme observado na transcrição abaixo (Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas: Orientações para Elaboração, p. 9):

Sensibilização e Mobilização: *Nesta etapa realiza-se o trabalho de sensibilização dos diversos aldeamentos e famílias do grupo indígena quanto a proposta de construção de um PGTA, abordando qual seria o seu objetivo, seus principais usos, o processo de construção e execução e obviamente o interesse do grupo em sua construção e implementação. Ressalta-se como*

princípio, que deve-se sempre partir de uma demanda já existente na Terra Indígena, trabalhando-se com temas mobilizadores. Conjuntamente propõe-se iniciar a mobilização e identificação de atores e representantes indígenas responsáveis pela atuação em todo o processo de construção e execução do PGTA.

Diagnóstico: *Nesta etapa prevê-se a ampla realização de diagnósticos dentre os quais destacam-se duas principais modalidades: DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO – levantamento e análise de informações dos territórios indígenas a partir do diálogo intercultural, considerando o contexto histórico, político, sociocultural, econômico e ambiental e ETNOMAPEAMENTO – ferramenta de diagnóstico que consiste nas formas de representação espacial do território de acordo com a classificação indígena do espaço e de seus elementos característicos.*

Planejamento: *Esta etapa prevê o planejamento e priorização de ações e projetos voltados à resolução de problemas ou desenvolvimento de potencialidades identificadas na etapa de diagnóstico. Nesta etapa prevê-se também a construção de ações e acordos (internos e externos), considerando-se as especificidades locais e grupos étnicos da Terra Indígena. O processo de negociação interna no âmbito dos planos de gestão deve ser de responsabilidade das organizações indígenas locais e poderá contar com o apoio das instituições públicas quando solicitado. Um dos instrumentos utilizados nesta etapa (mas não de caráter obrigatório) é o ETNOZONEAMENTO – ferramenta de ordenamento e planejamento indígena a partir de suas categorias de classificação e uso do território, considerando as prioridades de cada povo.*

Execução: *Nesta etapa, prevê-se a implementação das ações planejadas na etapa anterior tanto no âmbito dos acordos internos dos grupos indígenas, quanto em relação aos acordos com demais atores e parceiros envolvidos. É importante destacar novamente que os PGTA's podem ser considerados como um subsídio técnico de coordenação e articulação das políticas públicas voltadas aos povos indígenas.*

Monitoramento e Avaliação: *Esta etapa deve ocorrer simultaneamente a todas as outras, com o objetivo de que todo o processo seja constantemente avaliado e aprimorado pelos grupos indígenas e demais partes envolvidas. Com isso, também é possível alimentar uma dinâmica de frequente atualização dos próprios PGTA's, incorporando novos temas e desafios.*

O documento citado, procurou condensar reflexões sobre uma série de iniciativas de desenho e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas no Brasil e traz uma série de orientações conceituais e práticas sobre o processo de construção dos PGTA's. Percebe-se que algumas das atividades realizadas no âmbito do Programa de Gestão Territorial Indígena – PBA-CI de Belo Monte, como os etnomapeamentos, levantamentos participativos e formação em gestão territorial indígena localizam-se nas etapas de sensibilização e diagnóstico sugeridas no documento.

Este paralelo entre o PGTI e as orientações da Funai é relevante à medida que busca evidenciar que as atividades desenvolvidas pelo programa (PGTI), estão alinhadas com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

(PNGATI), e com política indigenista executada pela Funai que procura apoiar e incentivar a construção dos planos de gestão territorial e ambiental das TIs do Brasil. Seguindo o paralelo, para o próximo período de execução do PGTI – 2015 a 2017 – está previsto o início da fase de etnozoneamento e elaboração de um plano de uso sustentável das TIs do Médio Xingu. O etnozoneamento é considerado um instrumento da etapa de “planejamento” e pressupõe o levantamento prévio de informações, potencialidades e vulnerabilidades diagnosticadas por meio dos levantamentos participativos, etnomapeamentos e formações realizadas previamente pelo PGTI, de modo que é uma etapa posterior do processo, quando já se iniciou o processo de sensibilização das comunidades e já se tornou possível a sistematização das informações obtidas com os diagnósticos e levantamentos participativos.

O PO do PBA - CI prevê as seguintes ações: estratégias de gestão territorial; definição de áreas etnoambientais e funções a que estas correspondem dentro da necessidade de reprodução física e cultural dos grupos; plano de gestão territorial¹; etnozoneamento e oficinas.

Diante disso, a proposta para a execução das demais atividades previstas para o próximo período de execução do PGTI do PBA-CI de Belo Monte tem como meta orientadora a sensibilização, o incentivo, a facilitação e a criação de condições que possam favorecer a construção dos PGTA's das TIs do médio Xingu, por meio do desenvolvimento das ações previstas no programa. O desenvolvimento das atividades deverá ser permeado por um processo formativo contínuo em gestão territorial indígena com o objetivo de facilitar a sensibilização e aumentar o repertório de experiências e referências em gestão territorial para os indígenas da região para que eles possam escolher seus próprios caminhos.

Salienta-se que não se pretende durante esse período construir os PGTA's de todas as TIs e nem fazer como que esta seja uma meta imposta às comunidades – mesmo porque os planos de gestão territorial e ambiental são instrumentos que pressupõem o protagonismo indígena e devem partir como demanda das próprias comunidades – no entanto, as atividades do programa servirão para catalisar o processo de compreensão e apropriação do instrumento e chamar a atenção das comunidades para a necessidade de organização, diálogo e planejamento para se adaptarem aos novos desafios impostos pelo contato com a sociedade do entorno e intensificados pelos empreendimentos em curso e aqueles que virão.

Pretende-se, assim, incentivar as comunidades a refletirem sobre seus territórios, suas potencialidades e vulnerabilidades, organizarem e qualificarem suas demandas e assim estabelecerem um diálogo mais qualificado e estruturado com o empreendedor e demais atores e instituições atuantes na região. Portanto, a principal meta deve ser

¹ No PBA-CI é previsto um plano de uso sustentável, sem fazer menção ao termo plano de gestão territorial. No entanto, no PO, o produto esperado é denominado plano de gestão territorial. A coordenação do programa optou por utilizar a definição apresentada no PO, muito embora, haja diferenças de cunho prático entre as duas, uma vez que a primeira é definida no PBA-CI como um conjunto de acordos sobre as formas de usos e as regras comunitárias de extrativismo da flora e fauna, e a segunda em geral tende a envolver questões territoriais mais abrangentes.

que o desenvolvimento das atividades previstas no PBA-CI consigam fomentar reflexões e incentivar o estabelecimento de acordos e planos de ação que possam trazer futuramente maior autonomia e qualidade de vida para as populações indígenas locais.

No **Quadro 8.1 - 10** se apresenta uma análise dos principais impactos diretamente relacionados aos objetivos do projeto de planejamento territorial e os resultados alcançados com a execução das ações do PGTI até o momento.

Quadro 8.1 - 10 –Impactos previstos e resultados do projeto 8.1

| GRUPO DE IMPACTOS | RECOMENDAÇÕES DO EIA | OBJETIVOS DO PROJETO | RESULTADOS |
|--|---|--|---|
| <p>Aliciamento de indígenas em decorrência da intensificação do relacionamento com não indígenas e das novas demandas econômicas</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar acerca da dimensão socioambiental e capacitação para evitar sobre uso de alguns recursos em função do acirramento das pressões; • Apoiar atividades que ajudem a estabelecer, com os vizinhos da TI, discussões relacionadas às suas respectivas áreas limítrofes, que levem ao uso mais sustentável das mesmas; • Contribuir para a difusão de informações para a população regional, promovendo o respeito às diferenças culturais indígenas e seu território. | <ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar o acesso dos povos indígenas aos novos referenciais sobre gestão de TIs para que possam criar planos de uso sustentável dos territórios e garantir a qualidade de vida das gerações futuras; • Promover a troca de experiências e o diálogo entre indígenas, parceiros institucionais e atores locais para o exercício da gestão compartilhada dos territórios; • Acompanhar e influenciar políticas públicas de ordenamento territorial, adequação socioambiental e outras que interfiram no uso e na ocupação do solo no entorno das TIs ou que possam prevenir e minimizar impactos aos territórios indígenas. | <ul style="list-style-type: none"> • Acesso dos povos indígenas do Médio Xingu aos novos referenciais sobre GTI por meio da elaboração participativa de ferramentas de GTI, tais como os etnomapeamentos e os calendários sazonais das TIs; • Caracterização das TIs em fase de conclusão, com a geração de subsídios específicos para os povos indígenas possam criar planos de uso sustentável e/ou similares; • A Formação Inicial em Gestão Territorial Indígena trouxe novos referenciais em gestão territorial por meio do intercâmbio de experiências de indígenas de outras regiões; instituições e consultores que lidam com a temática de gestão territorial em outras regiões e atores locais; • Qualificação do conhecimento relacionado ao uso e ocupação do solo das TIs e do entorno, propiciando subsídios para o estabelecimento, com vizinhos da TI, de discussões que levem ao uso mais sustentável das áreas. |

| GRUPO DE IMPACTOS | RECOMENDAÇÕES DO EIA | OBJETIVOS DO PROJETO | RESULTADOS |
|---|--|---|---|
| <p>Incremento de atividades ilegais de extração mineral e madeireira, gerando aumento das invasões e da pressão sobre os territórios indígenas e seus recursos, podendo significar o acirramento dos conflitos interétnicos;</p> <p>Aumento de pressões sobre as TIs (uso e ocupação);</p> <p>Intensificação do fluxo migratório de não índios para as TIs em busca de recursos naturais.</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar atividades que ajudem a estabelecer, com os vizinhos da TI, discussões relacionadas às suas respectivas áreas limítrofes, que levem ao uso mais sustentável das mesmas; • Contribuir para as ações de vigilância e proteção da TI; • Capacitar agentes de fiscalização indígena da comunidade no uso de mapas, GPS e outras ferramentas úteis à proteção ambiental. | <ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar o acesso dos povos indígenas aos novos referenciais sobre gestão de TIs para que possam criar planos de uso sustentável dos territórios e garantir a qualidade de vida das gerações futuras; • Possibilitar aos povos indígenas o exercício da gestão territorial por meio de mecanismos “híbridos” - indígenas e não indígenas - de diagnóstico, zoneamento, monitoramento e avaliação dos métodos, processos e resultados; • Acompanhar e influenciar políticas públicas de ordenamento territorial, adequação socioambiental e outras que interfiram no uso e na ocupação do solo no entorno das TIs ou que possam prevenir e minimizar impactos aos territórios indígenas. | <ul style="list-style-type: none"> • A Formação Inicial em Gestão Territorial Indígena trouxe exemplos de como outros povos indígenas se organizaram no enfrentamento das atividades ilegais praticadas em suas terras; • Os cursos de GPS e cartografia ministrados no âmbito da Formação Inicial em Gestão Territorial e nos cursos de vigilância e nas expedições, no âmbito dos etnomapeamentos, colocou os indígenas das TIs em contato com novas ferramentas e instrumentos legais para proteção territorial; • O levantamento participativos dos recursos naturais prioritários e estratégicos – etnomapeamentos – e oficinas de calendários sazonais promoveram discussões acerca das pressões externas e internas sobre o uso dos recursos naturais; • As oficinas de monitoramento territorial e estabelecimento de acordos resultaram num maior grau de compreensão e envolvimento da comunidade no monitoramento participativo; na avaliação dos processos, métodos e resultados preliminares; no exercício de projeção |

| GRUPO DE IMPACTOS | RECOMENDAÇÕES DO EIA | OBJETIVOS DO PROJETO | RESULTADOS |
|--|--|---|--|
| | | | <p>do cenário futuro que se deseja para o monitoramento nos próximos dois anos; na definição dos indicadores de acompanhamento; e no estabelecimento de acordos visando aprimorar o monitoramento;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qualificação do conhecimento relacionado ao uso e ocupação do solo das TIs e do entorno, propiciando subsídios para o estabelecimento, com vizinhos da TI, de discussões que levem ao uso mais sustentável das áreas. |
| <p>Redução das espécies e populações de fauna, que induzirão alterações nos padrões e áreas de caça e pesca na Área de Influência da UHE BM e acirramento de conflitos entre os povos que dela se utilizam, tornando-se necessário o estabelecimento de acordos para garantir o compartilhamento desses recursos de subsistência</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar atividades que ajudem a estabelecer, com os vizinhos da TI, discussões relacionadas às suas respectivas áreas limítrofes, que levem ao uso mais sustentável das mesmas; • Contribuir para a difusão de informações para a população regional, promovendo o respeito às diferenças culturais indígenas e seu território • Promover intercâmbio das organizações constituídas nas TIs para a gestão compartilhada do território e das águas e a garantia dos direitos indígenas | <ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar o acesso dos povos indígenas aos novos referenciais sobre gestão de TIs para que possam criar planos de uso sustentável dos territórios e garantir a qualidade de vida das gerações futuras; • Possibilitar aos povos indígenas o exercício da gestão territorial por meio de mecanismos “híbridos” - indígenas e não indígenas - de diagnóstico, zoneamento, monitoramento e avaliação dos métodos, processos e resultados; • Acompanhar e influenciar políticas públicas de ordenamento territorial, adequação socioambiental e outras que interfiram no uso e | <ul style="list-style-type: none"> • Acesso dos povos indígenas do Médio Xingu aos novos referenciais sobre GTI po meio da elaboração participativa de ferramentas de GTI, tais como os etnomapeamentos e os calendários sazonais das TIs; • Caracterização das TIs em fase avançada de desenvolvimento, com a geração de subsídios específicos para os povos indígenas possam criar planos de uso sustentável e/ou similares; • As oficinas de monitoramento territorial e estabelecimento de acordos resultaram num maior grau de compreensão e envolvimento da comunidade no monitoramento participativo; na avaliação dos |

| GRUPO DE IMPACTOS | RECOMENDAÇÕES DO EIA | OBJETIVOS DO PROJETO | RESULTADOS |
|--|--|--|---|
| | | <p>na ocupação do solo no entorno das TIs ou que possam prevenir e minimizar impactos aos territórios indígenas;</p> | <p>processos, métodos e resultados preliminares; no exercício de projeção do cenário futuro que se deseja para o monitoramento nos próximos dois anos; na definição dos indicadores de acompanhamento; e no estabelecimento de acordos visando aprimorar o monitoramento;</p> <ul style="list-style-type: none"> • As atividades de etnomapeamento na TI Xipaya, por exemplo, ajudaram a catalisar a inclusão das áreas de importância simbólica dos Xipaya no Plano de gestão da Estação Ecológica – ESEC Terra do Meio; • O levantamento participativos dos recursos naturais prioritários e estratégicos – etnomapeamentos – promoveram discussões acerca do uso dos recursos naturais no interior das TIs e entorno que poderão levar à definição de acordos de uso; • Qualificação do conhecimento relacionado ao uso e ocupação do solo das TIs e do entorno, propiciando subsídios para o estabelecimento, com vizinhos da TI, de discussões que levem ao uso mais sustentável das áreas. |
| <p>Insegurança em relação a integridade do território e dos recursos naturais das TIs.</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Promover intercâmbio das organizações constituídas nas | <ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar o acesso dos povos indígenas aos novos | <ul style="list-style-type: none"> • Acesso dos povos indígenas do Médio Xingu aos novos referenciais sobre GTI |

| GRUPO DE IMPACTOS | RECOMENDAÇÕES DO EIA | OBJETIVOS DO PROJETO | RESULTADOS |
|--|--|---|--|
| | <p>TIs para a gestão compartilhada do território e das águas e a garantia dos direitos indígenas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar atividades que ajudem a estabelecer, com os vizinhos da TI, discussões relacionadas às suas respectivas áreas limítrofes, que levem ao uso mais sustentável das mesmas; • Capacitar agentes de fiscalização indígena da comunidade no uso de mapas, GPS e outras ferramentas úteis à proteção ambiental; • Garantir a participação contínua e direta dos índios nas atividades de monitoramento, avaliação, gerenciamento das informações e fiscalização; • Contribuir para as ações de vigilância e proteção da TI. | <p>referenciais sobre gestão de TIs para que possam criar planos de uso sustentável dos territórios e garantir a qualidade de vida das gerações futuras;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a troca de experiências e o diálogo entre indígenas, parceiros institucionais e atores locais para o exercício da gestão compartilhada dos territórios; • Acompanhar e influenciar políticas públicas de ordenamento territorial, adequação socioambiental e outras que interfiram no uso e na ocupação do solo no entorno das TIs ou que possam prevenir e minimizar impactos aos territórios indígenas; • Estabelecer arranjos institucionais e políticos para a viabilização da gestão territorial indígena. | <p>por meio da elaboração participativa de ferramentas de GTI, tais como os etnomapeamentos e os calendários sazonais das TIs;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Caracterização das TIs em fase avançada de desenvolvimento, com a geração de subsídios específicos para os povos indígenas possam criar planos de uso sustentável e/ou similares; • A Formação Inicial em Gestão Territorial Indígena trouxe novos referenciais em gestão territorial por meio do intercâmbio de experiências de indígenas de outras regiões; instituições e consultores que lidam com a temática de gestão territorial em outras regiões e atores locais; • Por meio das ações de caracterização das TIs, houve a identificação dos recursos, ameaças e pressões para o estabelecimento de arranjos para e melhoria da gestão territorial. |
| <p>Ausência de apoio institucional, fato que pode anular a capacidade de contribuir com os esforços para a mitigação e compensação dos impactos a serem gerados e/ou ampliados pela UHE BM;</p> <p>Desestímulo às práticas tradicionais de subsistência;</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Promover intercâmbio das organizações constituídas nas TIs para a gestão compartilhada do território e das águas e a garantia dos direitos indígenas. | <ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar o acesso dos povos indígenas aos novos referenciais sobre gestão de TIs para que possam criar planos de uso sustentável dos territórios e garantir a qualidade de vida das gerações futuras; • Possibilitar aos povos indígenas o exercício da gestão territorial | <ul style="list-style-type: none"> • A Formação inicial em Gestão Territorial Indígena trouxe exemplos práticos de projetos e planos de gestão de terras indígenas nos quais se trabalhou a temática do fortalecimento das atividades tradicionais. No processo, também se mostrou a experiência do Conselho Indígena de |

| GRUPO DE IMPACTOS | RECOMENDAÇÕES DO EIA | OBJETIVOS DO PROJETO | RESULTADOS |
|---|----------------------|--|--|
| <p>Mudanças no modo de vida das juventudes das TIs ocasionando conflitos de gerações.</p> | | <p>por meio de mecanismos “híbridos” - indígenas e não indígenas - de diagnóstico, zoneamento, monitoramento e avaliação dos métodos, processos e resultados;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a troca de experiências e o diálogo entre indígenas, parceiros institucionais e atores locais para o exercício da gestão compartilhada dos territórios; • Acompanhar e influenciar políticas públicas de ordenamento territorial, adequação socioambiental e outras que interfiram no uso e na ocupação do solo no entorno das TIs ou que possam prevenir e minimizar impactos aos territórios indígenas; • Estabelecer arranjos institucionais e políticos para a viabilização da gestão territorial indígena. | <p>Roraima – CIR na busca de parcerias institucionais e apoio do poder público para a GTI;</p> <ul style="list-style-type: none"> • As oficinas de monitoramento territorial e estabelecimento de acordos resultaram num maior grau de compreensão e envolvimento da comunidade no monitoramento participativo; na avaliação dos processos, métodos e resultados preliminares; no exercício de projeção do cenário futuro que se deseja para o monitoramento nos próximos dois anos; na definição dos indicadores de acompanhamento; e no estabelecimento de acordos visando aprimorar o monitoramento; • Qualificação do conhecimento relacionado: ao uso e ocupação do solo das TIs e do entorno, propiciando subsídios para o estabelecimento, com vizinhos da TI, de discussões que levem ao uso mais sustentável das áreas; • Por meio das ações de caracterização das TIs, houve a identificação dos recursos, ameaças e pressões para o estabelecimento de arranjos para a melhoria da gestão territorial. |

8.8. EQUIPE TÉCNICA DE TRABALHO

| NOME DO PROFISSIONAL (a) | FUNÇÃO NO PACOTE DE TRABALHO (b) | FORMAÇÃO PROFISSIONAL (c) | ALOCAÇÃO DO PROFISSIONAL (d) | REGISTRO PROFISSIONAL (e) | CTF IBAMA (f) |
|--------------------------------|----------------------------------|---------------------------|------------------------------|---------------------------|---------------|
| Igor Ferreira | Coordenador | Biólogo | | | 6166941 |
| Renata Faria | Consultora | Bióloga | | | |
| Isabelle Vidal | Consultora Sênior | Bióloga | | | |
| Daniel Tiberio Luz | Analista | Indigenista | | | 6240146 |
| Luis Carlos S. Sampaio | Analista | Biólogo | | | 5385030 |
| Anderson de Moura Bonilha | Analista | Biólogo | | | 2237646 |
| Carolina Bernardes Scheidecker | Analista | Cientista Social | | | 6240057 |
| | | | | | |
| Ediléia Braulino | Analista | Indigenista | | | 6239853 |
| Hilton Silva do Nascimento | Consultor | Ecólogo | | | |
| Simone Athayde | Consultora | Bióloga | | | |
| Cassiano de Oliveira | Analista | Sociólogo | | | 5184593 |
| Olavo Reis Toledo | Analista | Antropólogo | | | 5869403 |
| Renata Utsunomiya | Analista | Engenheira Ambiental | | | 6240063 |
| Valério Caetano | Analista | Cientista social | | | 6239741 |
| Fernando Penna | Consultor | Indigenista | | | |
| Sayonara Silva | Consultora | Gestora ambiental | | | |
| Marcus Shmidt | Consultor | Engenheiro florestal | | | |
| Osvaldo Nogueira Jr. | Consultor | Geógrafo | | | |
| Karina Araújo | Consultora | Socióloga | | | |

8.9. ANEXOS

ANEXO 8.1-1 – GESTÃO DO PROGRAMA E DAS EQUIPES;
ANEXO 8.1-2 – FORMAÇÃO INICIAL EM GESTÃO TERRITORIAL INDÍGENA;
ANEXO 8.1-3 – CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DAS TIS;
ANEXO 8.1-4 – OFICINAS SÍNTESE DE MONITORAMENTO TERRITORIAL E ESTABELECIMENTO DE ACORDOS
ANEXO 8.1-5 – INTERCÂMBIOS DE REFERÊNCIA EM GESTÃO TERRITORIAL;
ANEXO 8.1-6 – DIAGNOSTICO INSTITUCIONAL